



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/ES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08285.003121/2023-71

1. **OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte rodoviário, com abrangência nacional, interestadual ou intermunicipal, podendo ter como origem e destino quaisquer cidades dentro do território nacional, compreendendo mudança de bagagem e mobiliário, além de transporte de veículo tipo automóvel e motocicleta de servidores removidos, nas modalidades transporte terrestre, porta a porta, bem como transporte de bens em geral, incluindo transporte de veículo tipo automóvel e motocicleta, da Polícia Federal, de interesse da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, conforme as faixas de quilometragem e demais condições, quantidades e exigências.

2. **ÁREA REQUISITANTE**

2.1. Setor de Administração e Logística Policial - SELOG/SR/PF/ES.

2.2. **Responsável:** Maria Cláudia Schiavolini Correa.

3. **NORMATIVOS APLICÁVEIS**

3.1. **Lei nº 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – com suas alterações posteriores;

3.2. **Lei 10.520/2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

3.3. **Lei Complementar nº 123/2006** - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

3.4. **Decreto nº 10.024/2019** - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

3.5. **Decreto nº 9.507/2018** - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

3.6. **Decreto nº 3.555/2000** - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

3.7. **Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 05/2017** - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

3.8. **Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 01/2010** - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

3.9. **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020** - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

#### 4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

##### 4.1. A necessidade da contratação decorre do(a):

4.1.1. Atendimento ao transporte de bagagens e mobiliários de servidores removidos de ofício, no interesse da administração, conforme previsão legal e regulamentar. Dispõe o art. 53, §1º, da Lei nº 8.112/1990, que *correm por conta da administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais*, já o art. 1º, III, do Decreto nº 4.004/2001, no mesmo sentido, diz que *o servidor público civil que, no interesse da administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, conceder-se-á transporte de mobiliário e bagagem, inclusive de seus dependentes*.

4.1.2. Ausência de meios adequados para o transporte e de quadro de pessoal especializado para realização dos serviços de transporte de bens de servidores removidos ou de propriedade da Polícia Federal ou, ainda, de interesse da Superintendência Regional no Espírito Santo;

4.1.3. Não prorrogação do contrato anterior (Contrato nº 08/2021 - SR/PF/ES) motivada pelo desinteresse manifestado pela Contratada, tendo, por esse motivo, encerrada a vigência em 23/02/2023, conforme consta nos autos do Processo SEI nº 08285.004290/2020-85

#### 5. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO AO PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

5.1. A pretensa contratação está alinhada ao Plano Estratégico da Polícia Federal 2022-2023, especificamente aos itens a seguir:

Objetivo Estratégico: Conferir Efetividade no Emprego dos Recursos;

Polícia Pública: Política de Aparelhamento e Modernização da PF;

Ação estratégica 9 do PNSPDS: Promover o aparelhamento e a modernização da infraestrutura dos órgãos de segurança pública e defesa social.

5.2. Em relação ao alinhamento ao Plano de Contratações Anual - 2023, importante destacar que a demanda foi incluída e aprovada extemporaneamente no sistema comprasnet sob o nº 200352-45/2023. Ademais, foi solicitada a inclusão no PCA-2023 à DLOG/PF, por meio do Processo SEI nº 08285.003813/2023-19.

#### 6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

6.1.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

6.1.2. duração inicial do contrato de 12 (doze) meses;

6.1.3. a empresa a ser contratada deverá adotar, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade previstos na Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Decreto nº 7.746/2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, visando a promoção do desenvolvimento nacional sustentável (art. 3º da Lei nº 8.666/93) e de um meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, CF/1988);

6.1.4. a empresa a ser contratada deverá disponibilizar toda a infraestrutura (mão de obra e materiais) necessária à execução dos serviços de transporte rodoviário, conforme condições, exigências e quantidades previstas neste Termo de Referência;

6.1.5. a empresa a ser contratada deverá dispor de condições técnicas e operacionais para executar as atividades de transporte rodoviário, conforme MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO e demais condições, exigências e quantidades previstas neste Termo de Referência;

6.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

#### 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1. A estimativa de quantidade a ser contratada está descrita na tabela abaixo:

ITEM	FAIXA DE QUILOMETRAGEM	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
------	------------------------	--------	-------------------	---------------------

1	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 51 km a 300 km	3220	m <sup>3</sup> /km rodado	14.400
2	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 301 km a 1300 km	3220	m <sup>3</sup> /km rodado	148.200
3	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 1301 km a 2300 km	3220	m <sup>3</sup> /km rodado	186.300
4	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 2301 km a 3300 km	3220	m <sup>3</sup> /km rodado	158.400
5	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja acima de 3301 km	3220	m <sup>3</sup> /km rodado	158.448

7.2. O cálculo realizado pela Administração, para se chegar à quantidade estimada da contratação para cada item foi obtido pela seguinte fórmula: A (DISTÂNCIA DA FAIXA) x B (VOLUME ESTIMADO) = C (QUANTIDADE ESTIMADA EM M<sup>3</sup>/KM RODADO):

Item	Faixa de Quilometragem	Distância da Faixa em km (A)	Volume Estimado em m <sup>3</sup> (B)	Quantidade Estimada m <sup>3</sup> /km rodado (AXB = C)
1	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 51 km a 300 km	300	48	14.400
2	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 301 km a 1300 km	1300	114	148.200
3	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 1301 km a 2300 km	2300	81	186.300
4	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 2301 km a 3300 km	3300	48	158.400
5	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 3301 km ou superior	3301	48	158.448

7.3. Por sua vez, a quantidade em m<sup>3</sup> foi estimada com base em um levantamento realizado no banco de dados do SEI, entre os anos de 2020 e 2022, que quantificou as remoções de ofício de serviços com origem ou destino na Polícia Federal no Estado do Espírito Santo, conforme tabela abaixo:

ORIGEM	DESTINO	DISTÂNCIA ENTRE CIDADES (KM)
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES	VILA VELHA/ES	131
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES	VILA VELHA/ES	131
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES	VILA VELHA/ES	131
SÃO MATEUS/ES	VILA VELHA/ES	220
SÃO MATEUS/ES	VILA VELHA/ES	220
SÃO MATEUS/ES	VILA VELHA/ES	220
VILA VELHA/ES	RIO DE JANEIRO/RJ	517
VILA VELHA/ES	RIO DE JANEIRO/RJ	517
SÃO MATEUS/ES	ARACAJU/SE	1.148
BRASÍLIA/DF	VILA VELHA/ES	1.252
BRASÍLIA/DF	VILA VELHA/ES	1.252

VILA VELHA/ES	BRASÍLIA/DF	1.252
VILA VELHA/ES	BRASÍLIA/DF	1.252
VILA VELHA/ES	BRASÍLIA/DF	1.252
VILA VELHA/ES	BRASÍLIA/DF	1.252
VILA VELHA/ES	MACEIÓ/AL	1.623
VILA VELHA/ES	MACEIÓ/AL	1.623
CAMPO GRANDE/MS	VILA VELHA/ES	1.915
VILA VELHA/ES	PALMAS/TO	2.054
VILA VELHA/ES	FORTALEZA/CE	2.163

7.4. As faixas de quilometragem foram estipuladas considerando a tabela de remoções acima, bem como as distâncias aproximadas das Superintendências Regionais - localizadas nas capitais - e das Delegacias de Polícia Federal no Espírito Santo em relação à Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, conforme dados abaixo extraídos do Google Maps:

FAIXAS DE QUILOMETRAGEM	CIDADES	DISTÂNCIAS APROXIMADAS (KM)
DE 51KM A 300KM	Cachoeiro de Itapemirim/ES	131
	São Mateus/ES	220
DE 301KM A 1.300KM	Rio de Janeiro/RJ	517
	Belo Horizonte/MG	522
	São Paulo/SP	865
	Salvador/BA	1.053
	Brasília/DF	1.249
	Curitiba/PR	1.268
	Aracaju/SE	1.367
DE 1.301KM A 2.300KM	Goiânia/GO	1.390
	Florianópolis/SC	1.561
	Maceió/AL	1.621
	Campo Grande/MS	1.778
	Recife/PE	1.850
	Porto Alegre/RS	1.957
	João Pessoa/PB	1.962
	Palmas/TO	2.039
	Cuiabá/MT	2.088
	Teresina/PI	2.096
	Natal/RN	2.133
	Fortaleza/CE	2.161
DE 2.301KM A 3.300KM	São Luís/MA	2.530
	Belém/PA	3.232
ACIMA DE 3.301KM	Porto Velho/RO	3.501
	Macapá/AP	3.742
	Rio Branco/AC	4.024
	Manaus/AM	4.389
	Boa Vista/RR	5.183

7.5. Para quantidade de metros cúbicos, foram considerados: i) a média anual de remoções de servidores por faixa no Espírito Santo; ii) o máximo de mobiliário e bagagem, por servidor removido no interesse da administração, que, de acordo com o art. 4º, do Decreto nº 4.004/2001, é de 33m<sup>3</sup> (trinta e três metros cúbicos); iii) a possibilidade de remoção de bens de propriedade ou de interesse da Polícia Federal; iv) transporte de automóvel de aproximadamente 12m<sup>3</sup> e de motocicleta de aproximadamente 3m<sup>3</sup>.

7.6. Assim, a quantidade estimada tem por objetivo atender, não apenas as remoções no interesse da administração, mas também outros transportes de bens em geral de interesse da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo.

## 8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1. A solução escolhida é a mesma adotada no contrato anterior (Contrato nº 08/2021 - SR/PF/ES), qual seja: contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte rodoviário, com abrangência nacional, interestadual ou intermunicipal, podendo ter como origem e destino quaisquer cidades dentro do território nacional, compreendendo mudança de bagagem e mobiliário, além de transporte de veículo tipo automóvel e motocicleta de servidores removidos, nas modalidades transporte terrestre, porta a porta, bem como transporte de bens em geral, incluindo transporte de veículo tipo automóvel e motocicleta, da Polícia Federal, de interesse da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, conforme as faixas de quilometragem e demais condições, quantidades e exigências.

8.2. Essa solução de prestação de serviço de transporte rodoviário por faixas de quilometragem é amplamente utilizada pelos órgãos da administração pública, conforme exemplos da tabela abaixo:

Item	Pregão Eletrônico
1	01/2022, 5ª Região Militar,
2	04/2023, Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional em Minas Gerais,
3	20/2022, Comando da Aeronáutica - Gabinete do Comandante,
4	493/2022, DNIT- 06ª Unidade de Infra-estrutura Terrestre,
5	37/2022, Comando da Aeronáutica- MAER - Grupamento de Apoio/RJ,
6	64/2022, Comando da Aeronáutica - GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA,
7	66/2022, Comando da Aeronáutica - GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO,
8	109/2022, Comando da Aeronáutica- GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS,
9	75/2022, Comando da Aeronáutica- GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM,
10	122/2022, Comando da Aeronáutica - Grupamento de Apoio de Canoas,
11	18/2023, INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA
12	3/2023, COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD
13	21/2022, COMANDO 6 REGIAO MILITAR

8.3. Durante o levantamento dessas contratações, contudo, foi identificada a falta de um padrão de faixas de quilometragem utilizadas pelos órgãos públicos, sendo utilizados como preços aceitáveis na pesquisa de preços, portanto, apenas os licitados para faixas iguais à pretendida.

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A pesquisa de preços foi realizada com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020 e na Portaria MJSP nº 449/2021.

9.2. Foram utilizados os seguintes parâmetros: Painel de Preços, Contratações Similares, Sites Especializados e Propostas Diretas com Fornecedores.

9.3. O resultado da pesquisa e os valores encontram-se consolidados na tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	FAIXA DE QUILOMETRAGEM	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO <i>Máximo Aceitável</i>	VALOR TOTAL <i>Máximo Aceitável</i>
1	1	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 51 km a 300 km	3220	m3/km rodado	14.400	R\$ 0,66	R\$ 9.504,00

2	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 301 km a 1300 km	3220	m3/km rodado	148.200	R\$ 0,29	R\$ 42.978,00
3	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 1301 km a 2300 km	3220	m3/km rodado	186.300	R\$ 0,25	R\$ 46.575,00
4	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja de 2301 km a 3300 km	3220	m3/km rodado	158.400	R\$ 0,21	R\$ 36.432,00
5	Transporte entre cidades distintas, cuja distância da cidade de origem até a cidade de destino seja acima de 3301 km	3220	m3/km rodado	158.448	R\$ 0,19	R\$ 30.105,12

9.4. Assim, o valor estimado da contratação é **R\$ 165.594,12 (cento e sessenta e cinco mil quinhentos e noventa e quatro reais e doze centavos)**.

## 10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

10.1. A solução escolhida é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte rodoviário, com abrangência nacional, interestadual ou intermunicipal, podendo ter como origem e destino quaisquer cidades dentro do território nacional, compreendendo mudança de bagagem e mobiliário, além de transporte de veículo tipo automóvel e motocicleta de servidores removidos, nas modalidades transporte terrestre, porta a porta, bem como transporte de bens em geral, incluindo transporte de veículo tipo automóvel e motocicleta, da Polícia Federal, de interesse da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, conforme as faixas de quilometragem e demais condições, quantidades e exigências.

## 11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1. Embora o parcelamento seja a regra, neste caso específico a contratação em grupo único, cujos itens se complementam, proporcionará uma gestão centralizada do contrato, melhor gestão dos serviços, menor gasto de tempo e pessoal envolvido, uma vez que os serviços serão prestados por uma única contratada. em observância ao princípio da eficiência (art. 37, *caput*, CF).

11.2. Também é razão para o agrupamento dos itens, objeto da contratação, a promoção de uma licitação mais competitiva e mais atrativa ao mercado, preservando e prestigiando o princípio da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, bem como atendendo aos princípios da eficiência e da legalidade, diminuindo os riscos de desinteresse do mercado no item de baixo valor e, conseqüentemente, de prejuízo para o conjunto da solução.

11.3. Assim, agrupamento das faixas de quilometragem, possibilitará não apenas o atendimento integral dos transportes de mobiliário relacionados às remoções de ofício de servidores (quando a Administração deve custear tal despesa), mas também o transporte de materiais no interesse da Polícia Federal, independente da distância que será percorrida em território nacional.

## 12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Como benefício, a contratação possibilitará não apenas o atendimento de previsões legais (Lei 8.112/1990) e regulamentares (Decreto 4004/2001), relacionadas ao transporte mobiliário em caso de servidores

removidos de ofício, quando a administração custear essa despesa, mas também o transporte de materiais no interesse da Polícia Federal.

13. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

13.1. Não se vislumbra nenhuma necessidade de adequação do ambiente do Órgão.

14. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

14.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

15. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

15.1. Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

16. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

16.1. Após este estudo preliminar verificamos que o serviço objeto desta contratação é essencial para a logística da Superintendência Regional, uma vez que tem por objetivo o atendimento de previsões legais (Lei 8.112/1990) e regulamentares (Decreto 4004/2001), relacionadas ao transporte mobiliário em caso de servidores removidos de ofício, quando a administração custear essa despesa, mas também tem por finalidade o transporte de materiais no interesse da Polícia Federal.

16.2. Assim sendo, declaramos que a contratação é plenamente viável.

17. **RESPONSÁVEL**

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

**CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO**

Escrivão de Polícia Federal  
CPL/SELOG/SR/PF/ES

**THUANE BROEDEL ANDRADE**

Escrivã de Polícia Federal  
CPL/SELOG/SR/PF/ES



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO, Gestor Financeiro, Substituto(a)**, em 29/06/2023, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **THUANE BROEDEL ANDRADE, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 29/06/2023, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=28904012&crc=F72CA5FA](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=28904012&crc=F72CA5FA).  
Código verificador: **28904012** e Código CRC: **F72CA5FA**.